

21 DE MARÇO/84
CRÓNICA DAS ÁRVORES

Quando ao fim de um dia de trabalho barulhento e denso, opaco e soturno em Lisboa, regressavam pela estrada de Sintra, depois de subir os «Cabos Ávila» (e de Lisboa dizem já muitos que se torna cada vez mais inabitável) tinham de repente o vislumbre do começo de um outro território, mais campo, com verdes de Queluz ao fundo, o perfil da serra de Sintra no horizonte, e aquela árvore, sobretudo aquela árvore, em primeiro plano, logo no início da descida, enorme, de copa equilibrada, forte, redonda plena de bifurcações, de ramos e raminhos e ramitos, até ao infinito do Inverno, ou então escura, frondosa, cheia de folhas no tempo quente.

Era ao lado do antigo Casal do Borel, junto aos Quatro Caminhos, resto da Estrada Militar que rodeava Lisboa por precaução liberal de Oitocentos.

Nunca percebi ao certo donde vinha essa árvore: se do tal Casal, vestígio de arborização de quinta dos arredores (algum pedaço de romantismo aplicado nos seus jardins), se da legislação salazarista para a criação do que eles chamavam o «Triângulo Turístico» da região de Lisboa, e que consistiu na plantação seriada, ao longo das estradas que serviam Queluz, Sintra e arredores, de árvores que contribuíssem para o «embelezamento» (outro conceito vivo nesse início dos trintas) do que tinham sido velhas azinhagas muradas e estreitas dos campónios: essa plantação bordejava as faixas rodoviárias, de cada lado, então alargadas para receber o moderno fluxo de tráfego

motorizado, coincidente com uma invenção também nova nesses tempos, a do Turismo Automóvel; mesmo no sítio que vos referi, é possível ainda hoje encontrar os resultados vivos dessa política de desenho de paisagem, no renque vegetal que se prolonga do desvio para o Palácio até aos Cabos Ávila...

O que não é mais possível, é encontrar a tal majestosa árvore de que nem sei o nome (pensando bem era com certeza centenária, pelo porte, pela solidez). Não sei mesmo como encetar este capítulo da nossa conversa.

Tive por razões profissionais que realizar um registo fotográfico do território da Amadora, e foi através desse trabalho que me devo ter apercebido *conscientemente* do valor e força de presença desse ser vivo no espaço que antes percorrera com o acaso e automatismo do quotidiano movimento pendular habitação-trabalho. Aproveitei então, em equipa, para logo classificar, fotografar e incluir num estudo a necessidade da sua preservação. Tinham chegado entretando outros actores à cena.

Aquela área dos subúrbios entrara precisamente por essa altura em intensa remodelação, com uma urbanização adjacente a nascer, o cemitério próximo em ampliação (de nascer e morrer, como em toda a parte, se trata aqui) e, muito principalmente, iniciara-se uma transformação da agora envelhecida estrada de Sintra em duas faixas de rodagem separadas, espécie de auto-estrada dos pequeninos, que as condicionantes de ocupação da região permitem (já está tudo demasiado atravancado para uma verdadeira pista rápida ser possível?). Com um misto de contentamento e inquietação, apercebi-me de que a tão referida construção vegetal se situava no que era agora a faixa separadora das duas pistas cinzentas: estava salva, era óptimo, «eles» tinham pensado nisso, foi deliberado, uma festa! Lá ficaria, doravante marco de aprazimento e amaciar de uma zona árida de viadutos e trevos asfaltados, registo histórico de uma ocupação já desaparecida, curiosamente evocando, na entrada para a Amadora, a localidade onde a maçonaria mais praticou essa festa, sua por excelência, durante todo o princípio do século: precisamente, a Festa da Árvore.

Tudo passa, e isto também. Depois de uma viagem a sítios distantes, meses volvidos, passo ali, e (claro, já estão a adivinhar) sinto que, para além das obras mais avançadas, há outra diferença, falta qualquer coisa, o espaço está vazio. Da pobre árvore, afinal tão pouco simbólica para alguns, restam pedaços de tronco alinhados ao lado da nova estrada . . . Procuo os porquês; não seria uma das tais espécies com os dias contados, com uma doença qualquer generalizada, como as duas do Largo da Biblioteca (pobre largo, visto agora, sem elas) que foi necessário abater? Nesse caso, desculpem o tom do texto, e aguardemos a sua substituição.

Mas não acredito. Adivinho mais um qualquer problema de falta de visibilidade para o trânsito, uma directiva das autoridades, uma decisão fria para a execução sumária com serra mecânica; ou, pior ainda, um argumento estético funcional por quem não de direito, do género «agora fica ali mal», «teria de se aparar periodicamente, não pode ser» ou, muito pior ainda, nem sequer se pensou no assunto, e quando se faz uma estrada, arrasa-se tudo para o lado e pronto! Penso no tradicional horror que o saloio nutre pela árvore, coisa muito antiga nele, arreigada, talvez herança inconsciente do tempo em que vivia ainda nos desertos... nesse caso é compreensível, mas não é à mesma respeitável, porque as coisas também se aprendem, não é?

Há uma arte da paisagística e arquitectura de exteriores que os anglófonos chamam de Landscape Design, e que aplicado à estrada é visível com algum esforço, em termos práticos, em Portugal. Recordo os exemplos dos arredores do Estádio Nacional e estação ferroviária correspondente (e em que estado hoje), e principalmente uma das vias de acesso ao Minho, a partir do Porto (por Leça?) ritmada pela sábia alternância de via convencional e afastamentos entre as duas faixas, com o espaço separador preenchido com vegetação, ajudando a criar um efeito de diversidade e beleza refrescantes para quem guia.

A árvore «voou», e tenho constatado com certa perplexidade que certos prédios parecem, em contrapartida, poisados de um

dia para o outro na paisagem do nosso quotidiano . . .

O caso curioso que vos venho referir, usa até o nome de um respeitável género de árvore, tropical e romanticamente importada para o nosso país pelos meados do século passado: as «Torres das Palmeiras». Desta urbanização suburbana típica, não resulta para mim indignação especial, nem implica nenhuma atitude crítica mais virulenta na manga; talvez por habitar nas redondezas, a sinto mais do que a outras, piores ou melhores; também nada me move contra os promotores da construção privada, que têm a sua lógica, respeitável para a e pela arquitectura.

Mas impressionou-me a distância entre aquilo que se diz que se vende nos anúncios de jornal, e o que *realmente* é proposto como modo de vida, como ambiente global; melhor explicando: a distância entre o que as pessoas já aceitam como válido, como de «qualidade» condicionadas por um contexto difícil do habitar hoje na cidade, e o que realmente é bom, equilibrado, humanizado, adequado (e haverá alguém que ainda saiba como isso é possível?) para viver . . .

Será possível que exista situação mais *violenta* de uma urbanização em relação a outra, do que desta em relação à executada anteriormente, logo adjacente? Junto a um conjunto de prediozinhos de 3-4 pisos, feios mas despretenciosos, implantam-se praticamente *em frente* a eles, blocos de talvez duas dezenas de pisos? E dentro da própria urbanização, esses blocos, obscurecendo-se entre si, tapando-se mutuamente do sol, da luz?

E que mundo temos agora, em termos humanos, onde até há pessoas que não têm consciência desta encenação colectiva do horrível, e pagam para ter um andar de prestígio, «engolindo» assim tipologias urbanas tão antropológicamente condenáveis? (E a câmara, e os arquitectos, a comunidade que aceita isto no seu seio?)

Porque isto de implantar casas como se fossem árvores, e de grande porte, pode levar a perigosas confusões entre a cidade e selva . . . De facto só as árvores têm intrínseco esse gosto por ir

crecendo, e manter mesmo assim as relações de equilíbrio entre si e com o meio . . . de se poderem entrelaçar a até de obscurecer o ambiente sem com isso criarem a atmosfera menos atraente, ainda que possa ser mórbida ou doentia . . . Quando estas regras são transpostas para um sistema artificial como é o da construção, tem de se proceder com o maior cuidado, porque aí a luz não passa entre os ramos . . .